O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, SETEMBRO/2004 - ANO VIII - Nº 92

EDITORIAL

O grande número de pessoas presentes na Igreja Matriz de São Miguel, para analisar os candidatos ao cargo de prefeito de Piquete durante a exposição de seus planos de governo, revelou o interesse do eleitor, que deseja conhecer o mais capacitado para governar a cidade.

O descontentamento dos munícipes com o estado de abandono e com a falta de políticas públicas para a saúde, educação e saneamento básico faz com que o eleitor fique atento à escolha do futuro prefeito.

O novo prefeito precisará buscar recursos e fazer parcerias não apenas com os governos estadual e federal, mas também com organismos não governamentais nacionais e internacionais. Ele prefeito terá a missão de transformar o município, colocando-o em pé de igualdade com administrações modernas e eficientes, proporcionando, assim, qualidade de vida aos munícipes. E deverá fazer isso observado diretamente pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que está aí para punir corruptos e incapazes.

O envolvimento da Igreja com a política é salutar e acontece há muito tempo. A Campanha da Fraternidade de 1996, com o tema "Fraternidade e Política", tinha como lema "Justiça e Paz se Abraçarão" e, no manual de apresentação, Dom Raymundo Damasceno Assis, então Secretário da CNBB, e hoje, arcebispo de Aparecida, afirmava que a Igreja, "perita em humanidade", estende sua ação evangelizadora aos vários campos em que os homens e as mulheres desenvolvem atividades em busca da felicidade, que, embora relativa, é possível neste mundo. Mostra-nos que a política enquanto busca do bem comum, isto é, do bem estar de toda sociedade, interessa à Igreja e seus pastores.

A presença da Igreja no campo da política é parte da sua missão evangelizadora e tem como objetivo iluminar as consciências, anunciar e promover os valores humanos e evangélicos, que devem inspirar a conduta dos cristãos na vida pessoal e nas suas relações sociais.

Está de parabéns o vigário de Piquete, Padre Severino Cícero, ao convocar a Semana do Candidato e, assim, contribuir para o fortalecimento da cidadania de seus paroquianos.

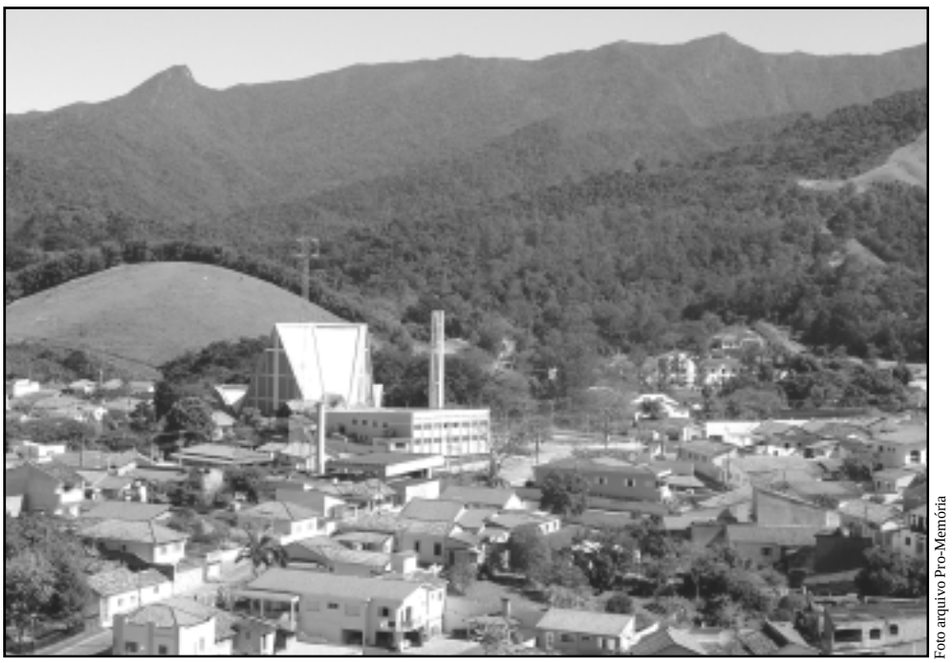


Foto arquivo Pro-Memória

"A Igreja Católica está atenta para que o eleitor cristão se politize, conscientizando-se cada vez mais de que precisa ser agente de transformação de nossa sociedade."

A Igreja e a política

A cada eleição municipal deparamo-nos com o crescente aumento do número de candidatos que concorrem a cargos eletivos. A grande maioria totalmente despreparada e sem nenhuma formação.

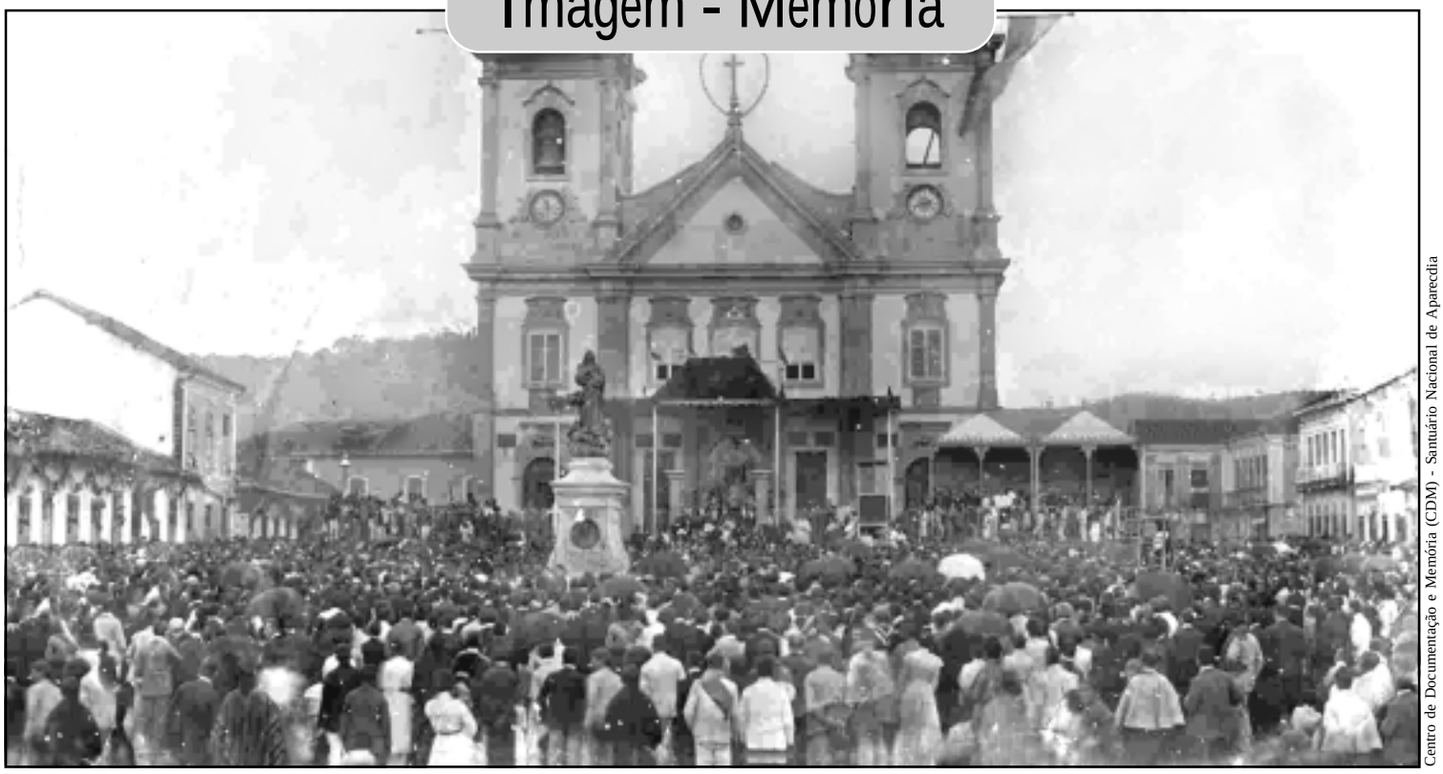
Usando os mais diversos meios de persuasão, com pouca criatividade fazem absurdas promessas, procurando vender para nós, eleitores, uma cidade melhor, em que os problemas do município só serão resolvidos se eles forem eleitos. As promessas, todos sabem, jamais serão cumpridas, e muitos têm a coragem de se candidatar à reeleição embora sem a mínima atuação no Legislativo. Até hoje, não tivemos oportunidade de ver um único político com coragem e honestidade suficiente para mostrar aos eleitores que as causas da violência, desemprego, descaso com a saúde, educação e meio ambiente, enfim, tudo de mais nocivo à sociedade está no sistema de administração do país. Sistema vulnerável, corrupto, arcaico e medíocre, que beneficia somente a classe política.

Para orientar o eleitor piquetense a votar conscientemente, a Paróquia de São Miguel promoveu, entre 13 e 17 de setembro, a Semana do Candidato, ocasião em que os quatro postulantes ao cargo de prefeito de nossa cidade puderam expor suas idéias de governo e a maneira como pretendem governar o município. É dever de todo cristão consciente participar ativamente da sociedade democrática, desvencilhando-se do individualismo, passando a se interessar pela coisa pública, mantendo-se atento ao que acontece ao nosso redor, colaborando, assim, com a construção de uma sociedadede justa e fraterna.

Após as apresentações na Matriz de São Miguel, o eleitor deverá analisá-los, observando sua honestidade, seu real empenho com a verdade e com a justiça. É importante conhecer um pouco de sua história de vida. Procuremos saber se ele realiza trabalhos em prol da coletividade ou se é um oportunista político, carreirista, que só aparece nos períodos da eleição. Analisemos sua competência e sua capacidade administrativa e de liderança – a política exige competência e preparo. É importante, também, saber se o candidato tem o respaldo de comunidades, associações ou entidades sérias ou se é um político a serviço de si mesmo, que não poupa esforços para se eleger.

Os eleitores devem saber separar o joio do trigo. A Igreja Católica está atenta para que o eleitor cristão se politize, conscientizando-se cada vez mais de que precisa ser agente de transformação de nossa sociedade. Como bem nos lembra o Papa Paulo VI, "A política é uma maneira exigente – se bem que não seja a única – de viver o compromisso cristão a serviço dos outros." ***AC***

Imagem - Memória



Centro de Documentação e Memória (CDM) - Santuário Nacional de Aparecida

Aproximadamente 15 mil pessoas concentraram-se em frente à antiga basílica para assistir à coroação de Nossa Senhora Aparecida, em 8 de setembro de 1904.

Solene coroação da imagem milagrosa de Nossa Senhora Aparecida

Em 1903, o episcopado brasileiro pediu ao Papa Pio X a faculdade de coroar solenemente a imagem milagrosa de Nossa Senhora Aparecida, comemorando o 50º aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição. A faculdade foi concedida e a solenidade aconteceu na manhã do dia 8 de setembro de 1904. Achavam-se presentes o Núncio Apostólico, Dom Júlio Tonti, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde, o Bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros, um representante de Francisco de Paula Rodrigues Alves, então Presidente da República, muitos dignatários eclesiáticos, sacerdotes, religiosos e, aproximadamente, 15 mil pessoas. Consta dos documentos do Santuário que a Imagem já possuía manto e coroa desde o primeiro inventário, de 1750. Manto e coroa foram expressão e devoção do povo brasileiro à sua querida Imagem. A coroação de 1904 foi um ato da Igreja, de sua hierarquia, mas que teve ampla repercussão no meio do povo. Foi um acontecimento memorável para a história religiosa valeparaibana e de todo o Brasil.

A invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida data do século XVIII e se prende à histórica visita do governador da capitania de São Paulo e Minas Gerais, Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, ao Vale do Paraíba, em 1717, quando se dirigia para a região das minas. A Câmara de Guaratinguetá promoveu, em sua homenagem, um lauto banquete e, para isso, ordenou aos pescadores locais que trouxessem todo o peixe que pudessem pescar.

Os pescadores Domingos Garcia, João Alves e Felipe Pedroso lançaram suas redes no Porto de Itaguaçu, no Rio Paraíba, mas sem resultados. Tentaram uma segunda vez e, com muita surpresa, pescaram uma imagem de Nossa Senhora, mas sem a cabeça. Descendo um pouco mais o rio, lançaram novamente as redes e encontraram a cabeça da santa. Felipe Pedroso, muito religioso, conservou a imagem em sua casa por mais de quinze anos, deixando-a depois para seu filho Atanásio, que construiu para a "Senhora" um oratório, onde se reunia toda a vizinhança para rezar o terço e as ladainhas. Em 1743, o Padre José Alves Vilela, vigário local, pediu licença ao bispo para erguer uma capela, com as esmolas dadas pelos romeiros.

A fama da Senhora e das graças alcançadas junto à imagem espalhou-se pelo país a fora, levada por tropeiros, sertanistas e mineradores. No final do século XVIII, foram construídos diversos oratórios e templos em louvor da Virgem da Conceição Aparecida.

A afluência de devotos à capela era tão grande, que no século XIX foi preciso edificar uma igreja de porte, mais tarde reformada, onde o povo poderia invocar a Santa Milagrosa.

A festa da coroação, segundo o jornal Santuário de Aparecida do dia 17-09-1904, foi uma das mais belas e grandiosas que até então havia ocorrido. A igreja de Nossa Senhora Aparecida estava com pintura nova e toda ornamentada. Das torres flutuavam bandeiras pontifícias e brasileiras, enquanto numerosas lanternas, nas paredes da igreja e por cima das torres, iluminavam. O dia da festa amanheceu nublado, com a praça repleta de romeiros, vindos dos mais distantes lugares. À frente da igreja foi montado um altar todo ornamentado e coberto por um grande toldo. Do lado direito achava-se um coreto, onde ficou a Orquestra dos Salesianos e alguns padres redentoritas, encarregados do canto gregoriano.

Às nove horas, chegou, em procissão, à praça, o Núncio Apostólico, Dom Júlio Tonte, precedido pelos bispos e grande número de sacerdotes. Dom Joaquim Arcoverde discursou sobre a imagem encontrada no Paraíba. Do púlpito, o bispo de Petrópolis falou sobre a devoção, que já durava dois séculos. Em seguida, o orador convidou os ouvintes para o ato de consagração a Nossa Senhora Aparecida, e todos, ajoelhados, repetiram as palavras da consagração. Fez-se, então, a leitura da carta que Pio X enviara, na qual permitia a solene coroação e autorização para que Dom Arcoverde a fizesse. O bispo, por sua vez, delgou a honra ao bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros. A coroa foi benzida, aspergida e incensada ao som da antífona "Regina Coelli". A população, contrita, acompanhou o movimento das mãos que depositaram na cabeça da imagem a coroa doada, em 1868, pela devota Princesa Isabel.

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:
Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:
Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor:
Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:
Rua Coronel Pederneiras, 204
Tels.: (12) 3156-1192 / 3156-1207

Correspondência:
Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração*:* Marcos R. Rodrigues Ramos
Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Apoio cultural: Fazenda Mundo Novo I

Tiragem: 1000 exemplares

A redação não se responsabiliza pelos artigos assinados

GENTE DA CIDADE

Dona Maura

O tempo passa e leva consigo o vigor físico das pessoas. Não consegue, porém, carregar suas memórias e o bom humor. É o caso de dona Maura Mineiro Leite. Nascida em Piquete, mais especificamente dentro da área da então Fábrica de Pólvoras sem Fumaça, numa casa próxima à represa daquela indústria, em 06 de setembro de 1922, penúltima filha, entre dez irmãos, de Ivo Mineiro e Avelina Nunes Mineiro.

Seu pai era zelador da represa de abastecimento da Fábrica, por isso morar próximo a ela.

Dona Maura diz não se lembrar de detalhes de sua infância. Cita, no entanto, o período em que estudava no Grupo Escolar do Piquete, que ficava em frente à atual Igreja Metodista. Era uma viagem de sua casa até a escola. "E tínhamos aula até aos sábados. Íamos a pé até o Portão da Limeira; de lá, a cavalo até próximo à Casa 1, de onde seguíamos a pé, novamente, até a escola. A volta era do mesmo jeito. Às vezes, pegávamos a volta do vagão que trazia os oficiais para o almoço na Vila da Estrela. Era cansativo." Do Grupo recorda-se de sua professora Carlinda Barbosa.

Em 1935, com a aposentadoria do pai, tiveram que deixar a casa da represa. A mudança foi trazida em um vagão cedido pela direção da Fábrica. Foram morar na rua Cap. José de Brito, onde ficaram por pouco tempo, pois Dona Mariana Relvas, muito amiga da família, cedeu-lhes uma casa no "Morro da Cadeia". A mãe, Avelina, havia sido criada pela família Relvas e os laços com Dona Mariana eram muito fortes. Dona Maura recorda-se de ter que acompanhar, meio a contragosto, Dona Mariana, todos os sábados, ao cemitério: de braços dados, levava as hortênsias – numa bandeja de prata –, que a anciã depositava no túmulo do esposo, Cel. Luiz Relvas.

Dona Maura, já adolescente, para ajudar à mãe nos trabalhos da casa, largou os estudos. Diz que o pai, muito severo, assim exigiu. Apesar de muito religiosa, não freqüentava muito a igreja, apenas aos domingos, com as irmãs, na missa da manhã. O pai participava das missas da segunda-feira.

Por essa época conheceu o jovem Diomedes Rodrigues Leite, lorenense que veio servir no Contingente de Piquete. Casou-se em 22 de abril de 1939. Dessa união vieram quatro filhos e cinco netos.

Filha de Maria, mantém no quarto uma imagem de Nossa Senhora. Muito alegre, fala com saudade do esposo, que cultivava o Esperanto e, por meio de correspondências com o mundo todo, divulgou o nome de Piquete. Hoje, tratada com muito carinho pelos filhos, mantém-se , dentro das limitações da idade, ativa e atualizada. A serenidade e a calma são marcantes e remetem à uma vida simples, mas rica de recordações. É um ótimo papo!

Em frente à antiga basílica de Nossa Senhora Aparecida, Dona Maura Mineiro (1ª da dir/esq, na segunda fila) e um grupo de meninas piquetenses em romaria. Foto do início da década de 1940.

Foto arquivo Pro-Memória

Profissionais do amanhã

A educação superior nacional, assim como a educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento humano, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entretanto, a educação superior brasileira não tem sido capaz de corresponder a esta finalidade. O modelo educacional em vigor não acompanhou os avanços da sociedade e das diferentes áreas do conhecimento. Além disso, não atende aos interesses e necessidades dos educandos.

De um lado, percebe-se que as pessoas têm interesse e necessidade de estudar, se aperfeiçoar e se qualificar. Há uma consciência coletiva dos efeitos positivos que a educação superior pode provocar. Por outro lado, faltam recursos, tempo, apoio e oportunidades diferenciadas que atendam às condições desiguais dos indivíduos que desejam ingressar na educação superior. O propósito social desse nível de ensino está adormecido, da mesma forma que o direito à educação para todos, assegurado pela Constituição Federal.

Percebe-se, também, uma inadequação teórico-metodológica de todo o trabalho pedagógico desenvolvido na educação superior. O conhecimento tem sido tratado de forma fragmentada e descontextualizada. Não há interface com a realidade social. Além disso, as ofertas das instituições de educação superior são semelhantes e, de maneira geral, privilegiam as classes sociais com melhores condições econômicas. Não há flexibilização e personalização.

Os fundamentos e concepções que têm orientado a prática pedagógica enfatizam a memorização de conceitos e estão desarticulados da realidade. Os estudantes estão aprendendo o que era necessário aos seus antepassados. Em outras palavras: hoje, estamos formando os profissionais de amanhã com os conhecimentos de ontem.

Pesquisas sobre as condições do mercado de trabalho demonstram que os jovens em formação, ao ingressar no mercado, passarão por, no mínimo, 15 empregos; e muitas das profissões que existirão nas próximas décadas não foram sequer formatadas.

Os desafios são muitos. Vivemos num tempo em que as relações de trabalho foram significativamente alteradas. É tempo do não emprego e do mercado de trabalho flexível e instável. Esse mesmo mercado está a exigir profissionais com formação ao mesmo tempo generalista e especializada. Formação que a educação superior precisa dar conta.

Por essas e muitas outras razões, é impositiva a concretização de um novo modelo de educação superior baseado numa nova consciência social, ou seja, um modelo que contemple o individual e o social. Isso envolve mudanças nas políticas nacionais de educação, na gestão da educação superior, nas diretrizes, na filosofia, nos objetivos, nas estruturas curriculares, nos métodos e técnicas pedagógicos, na organização dos tempos e do espaço e na avaliação em toda sua amplitude. A essência de tais mudanças deve ser o compromisso com a pessoa, com a qualidade de vida da sociedade como um todo e com o desenvolvimento do país.

Enfim, é preciso acreditar na utopia de uma educação superior de qualidade e em quantidade, voltada para o tempo presente e para o futuro. ***Laura Cristina Chaves***

Anotando

Os frutos de uma boa seara

Jorge de Andrade Costa, ilustre piquetense, trouxe-me um belo livro, fruto de seu trabalho de pesquisa – Genealogia da Família Moreira de Andrade, já em 2ª edição, datada de 2004. Li com a atenção requerida aos registros de discriminação cronológica.

De fato, Jorge empenhou-se em elaborar a história de sua família e aprofundou-se nas buscas das referências, especialmente de sua mãe, Dona Finoca, oriunda de importantes ramificações dispostas ao longo do Vale do Paraíba paulista, fluminense e mineiro e dos caminhos do ouro dirigidos para Mariana e São João Del Rey. Andrades, conquistadores do brasão de armas que os representam vindos da Galiza à busca das terras novas do imenso e rico Brasil. Como também da Ilha da Madeira desde os longínquos tempos com Fernão Peres de Andrada, cuja família se multiplicou a partir de Portugal em articulações com a Espanha.

Das regiões mineiras para as paulistas e fluminenses, a descendência do patriarca Manoel Antônio de Andrade, casado com Jacinta Maria Bravo Caetana, se estendeu e se radicou (criou raízes). Fazendeiros de café, proprietários de terras e escravos intercalaram-se às famílias ligadas ao sistema oligárquico que definia socialmente os componentes pela posse de bens.

Bens de raiz, com direito a voto, para pertencer aos partidos políticos e travar lutas do ponto de vista ideológico, baseadas nas opções que fizeram, por exemplo, o neto do patriarca, António Moreira de Andrade Filho, adepto do Partido Liberal, libertar seus escravos, antes mesmo da Lei Áurea, o que não constituía, em si, um fato isolado, pois a alforria era uma concessão garantida aos senhores de escravos. Quando não, o próprio escravo, dadas certas prerrogativas, (os negros de ganho e aluguel*, por exemplo) conseguiam comprar suas próprias alforrias. E, muitas vezes, o "forro" adquiria seus próprios escravos, numa sociedade plena de contradições, em que o valor era dado pela posse de escravos e referentes, geradores de lucros, e de titulações.

O citado Antônio Moreira de Andrade Filho, casado com Dona Maria Francisca de Andrade, foi avô de Dona Finoca, cujos pais foram Manoel António de Andrade (II) e Dona Rita Maria Marques. E Dona Finoca, 10ª filha do casal, casada com o Sr. Benedito Mariano da Costa Júnior (Bili), foi mãe de Geraldo, Antônio Carlos, Rita e Jorge, autor do trabalho genealógico aqui citado. Dados a conhecer os ramos dessa destacada árvore fazem-nos reforçar a admiração por D. Finoca, essa extraordinária senhora parteira, que, com seu trabalho artesanal, a requerer mãos hábeis, inteligência e iluminação espiritual, permitiu a tantos piquetenses nascerem vivos, saudáveis e felizes pelo primeiro contato no mundo externo – como bênção divina.

Dona Finoca, que sempre se orgulhou de fazer nascer grande parte da população piquetense nos meados do século passado, sem perder um – fazê-los nascer com vida, não cedendo aos perigos dos azares da sorte.

Dona Finoca que, no imaginário piquetense, como símbolo de vida permanece como memória a ser preservada.

Dóli de Castro Ferreira

**** Defina-se como negros de ganho os que saíam às ruas a vender quitutes preparados por suas senhoras. Para esse fim também eram alugados. Em alguns casos, conseguiam amealhar para pagamento de alforrias. Os batizados conseguiam também alforrias concedidas pelos padrinhos.***

O que ficou das Olimpídas em Atenas?

Eis uma questão a ser considerada.

A carga de simbologia esteve extremamente forte na abertura e no encerramento do encontro que procura celebrar o entendimento humano pela destreza, habilidade, força física, limites e superação. Celebração da humanidade nas diferenças e em nome da paz.

É possível a paz? Qual paz, movida pelas conveniências e pelas paixões? Talvez nenhum outro povo tenha na sua formação, como o grego – detentor da origem de toda a cultura chamada ocidental –, o sentido da busca da paz, movida pela engrenagem das paixões, das quais a guerra, como componente catártico, gerou no sangue e no fogo a projeção oceânica que lhe deu a idéia clássica traduzida pela História.

Por isso, o principal elemento da simbologia celebrativa desta Olimpíada 2004, em Atenas, tenha sido a da origem da vida. O corpo galático, em espiral, na qual se encontra a pequenina Terra, parte de um minúsculo sistema solar – não só relativamente à imensidão da galáxia na qual se insere, como na projeção limitada, mas infinita do Universo, tenha estado sempre presente na base das evoluções. Espiral girando em direção ao centro, expandida. E mais o amor, a paixão, a luta no trabalho produtivo, a pirotecnia da luz, rebatida no mergulho das águas, na emersão dos deuses e homens nos símbolos dos sexos, e na demonstração ideológica de que a vida está presente, dinâmica e construtivamente.

O brilho da festa de encerramento mostrou os atletas da maratona como prova mais emblemática e, entre eles, o brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima, assomado pela extrema sensibilidade de ter sido atingido no mais glorioso momento – o de vencedor – por um ser prejudicado pela pathos, raiz geradora da patologia e geratriz da palavra paixão. No pódio, a medalha de bronze que lhe coube foi representada pelo galardão máximo: a do Barão de Coubertin, criador dos jogos Olímpicos modernos. Talvez seja o que os gregos designam como destino, que para ser cumprido necessita de uma catarse, ou seja, a celebração de um sacrifício. Nossa bandeira, erguida pelo atleta, purificou o ato.

Dóli de Castro Ferreira

IV Adventure Fair

A Fundação Christiano Rosa – FCR levou Piquete a participar da maior feira de Turismo do Hemisfério Sul, a ***Adventure Fair***, que aconteceu entre os dias 7 e 11 de agosto, no Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Nesse evento, foram mostradas as diversas opções para o turismo e esporte de aventura no Estado de São Paulo. O objetivo da feira foi incentivar os paulistas e até mesmo pessoas de outros estados brasileiros a conhecer o interior de São Paulo e suas inúmeras opções para o lazer

Diversas cidades do estado participaram do evento, e o Vale do Paraíba, com grande diversidade de paisagens, foi destaque. Dentre as cidades valeparaibanas presentes, além de Piquete, participaram São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Cunha, Santo Antônio do Pinhal, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí e Bananal.

A participação das cidades da região aconteceu graças ao devido apoio dado pelo SEBRAE de Guaratinguetá.

Mais de 50 mil pessoas, entre lojistas, empresários e público em geral, visitaram a feira, que gerou negócios em torno de R$ 75 milhões.

O estande de Piquete, localizado num ponto estratégico do Pavilhão da Bienal, foi muito visitado, principalmente devido às imagens expostas, que exibiam as potencialidades turísticas do município – as paisagens mantiqueiras, propícias para esportes de aventura como trekking, downhill, escaladas, vôos de ultraleve e paraglaid e arvorismo, além da prática de rappel, trilhas e cascading (descida em cascatas e cachoeiras) surpreenderam os visitantes. O Pico dos Marins, pela sua altitude e facilidade de acesso, foi uma atração à parte, que atraiu muitos curiosos.

Durante a feira, a FCR, além de divulgar nosso município, expôs o projeto "*Cons-cientização e Percepção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul ao Ribeirão Passa Quatro*", distribuindo folders sobre as trilhas dos Marins.

É uma pena que um evento da magnitude da Adventure Fair não tivesse sido aproveitado por inúmeros proprietários piquetenses que sonham com o turismo como alternativa para o desenvolvimento do município. É chegada a hora de deixar de sonhar e começar a trabalhar. Pelo que foi visto na Adventure Fair, outras cidades de mesmo porte estão muito à frente de Piquete. Temos que arregaçar as mangas e recuperar o tempo perdido. Acorda, Piquete!

7 de Setembro - D. Pedro I declara a Independência do Brasil

No dia 7 de setembro de 1822, o príncipe regente dom Pedro, irritado com as exigências da corte, declarou oficialmente a separação política entre a colônia que governava e Portugal. Em outras palavras, ele proclamou a independência do Brasil.

Um mês depois, mais precisamente em 12 de outubro de 1822, dom Pedro foi aclamado imperador e, em 1º de dezembro, coroado pelo bispo do Rio de Janeiro, recebendo o título de dom Pedro I.

Resumidamente, a conquista da independência do nosso país poderia ser contada dessa forma, mas a história não é tão simples assim. Começa realmente com o enfraquecimento do sistema colonial e a chegada da corte portuguesa ao Brasil (1808) e só termina em 1824, com a adoção da primeira Constituição brasileira.

Os motivos da separação

Entre os séculos XVIII e XIX, cresceram no Brasil as pressões externas e internas contra o monopólio comercial português e a cobrança de altos impostos numa época de livre comércio.

Diversas revoltas – a exemplo da Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolta Pernambucana de 1817 –, aliadas à Revolução Francesa e à independência dos Estados Unidos, provocaram o enfraquecimento do colonialismo e reforçaram o liberalismo comercial no Brasil. Em 1808, com a abertura dos portos, o Brasil passou a ter mais liberdade econômica e, com sua elevação à categoria de Reino Unido deixou de ser, formalmente, uma colônia.

Em 1820, a burguesia portuguesa tentou resgatar sua supremacia comercial promovendo a Revolução Liberal do Porto. No ano seguinte, o parlamento português obrigou dom João VI a jurar lealdade à Constituição e a voltar para Portugal. Seu filho dom Pedro foi deixado no Brasil, na condição de príncipe regente, para conduzir uma eventual separação política.

Reprodução

D. Pedro I, Imperador do Brasil (1798-1834)

O rompimento

As pressões contra o controle de Portugal cresceram na colônia, e a metrópole passou a exigir a volta de dom Pedro. O príncipe deu sua resposta a Portugal no dia 9 de janeiro de 1822 (dia do Fico), com a célebre frase "*Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico*".

Iniciou-se um esforço político por parte dos ministros e conselheiros de dom Pedro, pela permanência dos vínculos com Portugal, mantendo um pouco de autonomia para o Brasil. Queriam uma independência sem traumas, mas as críticas ao colonialismo ficaram insustentáveis. Dom Pedro, então, se viu pressionado a oficializar o rompimento.

Foi assim que, em 3 de junho de 1822, dom Pedro convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira. Em 1º de agosto, declarou inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil e, dias depois, assinou o Manifesto às Nações Amigas justificando o rompimento com as cortes de Lisboa e garantindo a independência do país, como reino irmão de Portugal.

Em represália, os portugueses anularam a convocação da Assembleia Constituinte brasileira, enviaram tropas à colônia e exigiram o retorno imediato do príncipe regente a Portugal. No dia 7 de setembro de 1822, durante uma visita a São Paulo, nas proximidades do rio Ipiranga, dom Pedro recebeu uma carta com as exigências das cortes e reagiu proclamando a independência do Brasil. Bahia, Maranhão e Pará, que tinham, juntas, governantes de maioria portuguesa, só reconheceram a independência em meados do ano seguinte, depois de muitos conflitos entre a população e os soldados portugueses.

No início de 1823, houve eleições para a Assembleia Constituinte, que elaboraria e aprovaria a Carta constitucional do império brasileiro, mas, em virtude de divergências com dom Pedro, a Assembleia logo foi fechada. A 1ª Constituição brasileira foi, então, elaborada pelo Conselho de Estado e outorgada pelo imperador, em 25 de março de 1824.

Com a Constituição em vigor, a separação entre a colônia e a metrópole foi finalmente concretizada. Mesmo assim, a independência só foi reconhecida por Portugal em 1825, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil, por Dom João VI.

"Independência ou Morte", de Pedro Américo. Pintura histórica realizada por encomenda do Governo Imperial, em memória da proclamação da independência. A pintura, feita em Florença, Itália, em 1888, e até hoje bastante reproduzida e difundida, é forte elemento no imaginário da Independência Nacional.

Reprodução

Crônicas Pitorescas

Pontos

Palmyro Masiero

Num daqueles estalos sem causa ou razão, veio-me à mente o "conceito" de ponto dado pelos geômetras, que diz, mais ou menos, que é uma grandeza considerada, por abstração, sem dimensão alguma. Trocando em miúdos: no duro, no duro, o danadinho não existe fisicamente, não podendo ser definido. Sem dar bola para os peritos em geometria, em nosso dia-a-dia usamos os "pontos" e deles abusamos. E como a situação está mais pra lagartixa que pra jacaré, negócio é levá-los no vai da valsa.

"Ponto adiante", que os Clodôs da vida dizem ser o que segue ao último que se deu em costura, provavelmente é o preferido dos profissionais da política; de pulo em pulo, almejam o "ponto culminante". Só que, nessa ânsia, às vezes seu "ponto estratégico" os leva ao "ponto de fusão".

Nossa gramática está cheia de pontos. Alguns são interessantes: o trema, por exemplo, não dá para comparar a um certo grupo que está no poder e cujo único fito é ficar sempre por cima? As reticências lembram muito o que realmente devia ser dito, mas que, voluntariamente, é omitido nas respostas do pessoal da área econômica...

Existem certos países onde o "ponto de mira", aquela proeminência no cano das armas e que traz o freguês bem ao "ponto de fogo" ou no "ponto de bala" e despacha-o para o "ponto infinito", é considerado "ponto pacífico"! Não deixa de ser um "ponto cruciante" dentro dos direitos humanos. Alguns dissidentes nesses países avidamente procuram um "ponto de partida", para chegarem a um "ponto de fuga".

Certos rançosos políticos, como os Silvios Santos domingueiros, já caíram no "ponto de saturação", da mesma forma que certas madames que têm seu "ponto preferido" nas colunas sociais estão beirando o "ponto crítico".

"Ponto de encontro" é um tanto dúbio: beleza pura se for com uma gatona; mal, pra prestação de contas; aceitável entre amigos; e famigerado, se for com a justa.

Os trabalhadores não ficam de fora... Nada de "pontos fracos" por aqui. Se são melhoradinhos, têm o "livro do ponto", mas, se são massórios mesmo, tá firme lá o "relógio de ponto". Se o bicho "dormir no ponto", ou chegar tarde ao "ponto do ônibus", terá "ponto negativo", como acontece com a maioria nos "treze pontos" da loteca. Para consolo, tem o "ponto do bicho", pra uma fezinha.

Lembrei-me dos "pontos cardeais", que creio supérfluos, pois parece que todo mundo já perdeu o "ponto de referência", e no que se apegam como "ponto de apoio", geralmente são "pontos falsos".

Os estudantes têm, também, seus "pontos" nas diversas disciplinas, que, na maioria dos casos, não tocam no seu "ponto de interesse" e acabam tornando-se "pontos frios" e a escola "ponto turísitico",

Tenho pena, mas, que fazer? Os usuários passam tão longe dos "pontos de táxi" como dos "pontos de macumba". Desta forma, o "ponto crucial" do motorista de praça, que já anda em "ponto de resfriamento", torna-se "ponto nulo".

Temos o "duplo ponto e ponto", locução adverbial predileta dos mineiros, que quer dizer que a coisa vai lenta e gradual. Tem exemplo na conjuntura.

Mas o bom, o "ponto forte", o "ponto chave" de uma democracia é, sem dúvidas, o "ponto de vista", em que todo mundo pode externar sua maneira de ver e entender um assunto ou questão.

Neste momento, como "ponto de honra", prometo parar "ponto e vírgula" não desejo chegar ao "ponto de encher", por três razões "dois pontos" primeiro, não deixar ninguém no "ponto de estourar"; segundo, no "ponto neutro" e, finalmente, em "ponto morto". Isso dito, "ponto final".

A FCR saúda a comunidade católica de Piquete, na data de seu padroeiro, São Miguel Arcanjo.

Foto arquivo Pro-Memória

Irmãos pipoqueiros

Edival da Silva Castro

18h. Horário de verão.

O sol ainda dava suas voltinhas.

De longe, ouvia-se o estouro do milho de pipoca enchendo a panela. O cheiro arrebentava o olfato das pessoas. Antes de conduzir o carrinho de pipoca para o seu destino, uma panelada dela aguçava o apetite da vizinhança. Na varanda da casa, os irmãos pipoqueiros já começavam a faturar.

O caminho até à porta do cinema, onde o ponto era cativo e ideal para a venda do produto, fazia-se por uma avenida asfaltada que margeava um rio.

Na altura de uma ponte aconteceu um fato inédito: a roda esquerda do carrinho se soltou e começou a rodar em direção ao rio. Foi uma gritaria danada:

– Segura a roda! Pega a roda, se não ela vai parar no rio! Ajuda aqui, o carrinho está tombando!

E começou a ajuntar gente que não parava mais. Um garoto ágil que passava por ali foi buscar a roda no meio da correnteza. Fez esforço danado para descer e subir a ribanceira do rio.

Bem! Colocada a roda no devido lugar, e depois de agraciar o garoto com um saquinho de pipoca, os irmãos pipoqueiros prosseguiram até a porta do cinema.

Como era quarta-feira, uma única sessão às 19h, e, ainda por cima, gratuita, a fila era incontável. O Mazaroppi dispensava comentários.

Passado o sufoco, prepararam-se para uma panelada de pipoca. Milho, óleo na medida, sal na conta e fogo no bico do fogãozinho que ficava no interior do carrinho. O irmão mais novo tinha a incumbência de acender o fogo. Quando abriu a válvula do gás e chegou o fósforo aceso nó compartimento, não deu outra: uma língua de fogo saiu lá de dentro atirando-o para trás. Foi um corre-corre danado. A grande fila desmanchou-se com medo do tamanho da labareda. Um monte de vozes misturaram-se:

- Apaga o fogo! Olha o cabelo! Cadê o extintor! O carrinho está ardendo! Água! água! água!

Foi um deus-nos-acuda. Todo mundo quis ser solidário. O acidentado, por precaução, foi socorrido no hospital.

Acabado o rebuliço e com a porta do cinema aberta, sobraram o riso e o comentário das pessoas.

Até que não aconteceu muita coisa com o pipoqueiro. Chamuscou os cílios, as sobrancelhas e o topete que trazia na testa. A solução ficou para o dia seguinte: acabar com o resto dos cabelos que restaram, cortando careca.

O irmão mais velho, após o rescaldo, manobrou o carrinho semi-queimado e voltou para casa.

O concorrente encheu os bolsos e as gargalhadas que vinham lá de dentro do cinema eram das estripulias do Mazaroppi.

Foi uma tarde-noite em que o milho não estourou, deu chabu.

Que chabu!?!

Memorial de um Modelo

A propósito de ações do governo de Getúlio Vargas, cujo cinqüentenário de morte ocorreu a 24 de agosto do corrente ano.

1932 trouxe para Piquete uma revolução e uma revelação. Modernizar-se tornou-se uma palavra de ordem – processo de ilustração, no sentido de esclarecimento. A revolução demonstrou que era necessária uma modernização nos processos de produzir pólvora, derivados e munições. A Guerra Civil Espanhola (1936) e as guerras mundiais européias demonstravam uma evolução nas armas e técnicas a requererem novos processos de trabalho e educação.

Para modernizar é preciso iluminar os espíritos; assim, educar passou a ser prioridade máxima. Preparar mão-de-obra e gente qualificada para trabalhar com a modernidade a troco de moradia (vilas operárias), boas condições de saúde (hospital, ambulatório, postos de atendimento), alimentação (centro de compras e abastecimento doméstico, refeitórios) e, naturalmente, lazer (esportes, clubes, etc.), pois, afinal, "ninguém é de ferro".

A implantação de um Departamento Educacional coroava o edifício e fazia sua sustentação, desde a educação infantil, inclusive pré-escolar (o jardim da infância), até os cursos médios completos. Além dos profissionais.

Enfim, todo um equipamento funcional com finalidade específica, atendendo a uma concepção gestada pelo Estado Novo no qual pontificou Getúlio Vargas e seus assessores, entre os quais se contavam, para o Ministério da Educação, Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade. Tudo de acordo com os conceitos da Escola Nova de Fernando de Azevedo.

Militares designados para a Fábrica Presidente Vargas chegavam com novas idéias enriquecidas por carreiras acadêmicas bem estruturadas. Entre elas (as idéias) a boa escola estava incluída, não somente para seus filhos, mas também para a comunidade local e as adjacentes. Com as escolas, os cérebros se mobilizaram.

Um tempo para pontificarem bons professores, de acordo com um modelo original componente de uma filosofia ligada ao corpo e mente sãos, pelo progresso e pela dinâmica de uma sociedade em transformação. Nesta, o proletariado, visto idealisticamente, rompia o velho modelo oligárquico, para garantir um novo, admitido da ascensão das bases até então controladas hierarquicamente, até os estratos mais elevados do profissionalismo.

Homens e mulheres destinados ao ensino, desde a mais tenra idade até a que inaugurava a fase adulta, desenhavam, com suas ações, um sistema de trabalho tornado original e engrandecido pelos efeitos.

Professores e mestres de ofício distinguiam-se no campo social como referentes desse modelo tornado pragmático e refletido como imagem a ser cultuada.

Gente de fora da comunidade engajara-se e marcara seu tempo para se tornar memória.

A Escola Normal Livre Duque de Caxias e a Escola Profissional – a masculina e a feminina –, moldadas nos conceitos assistencialistas, procuraram, revestidas da ilustração que se demonstrava, conceber uma nova fórmula reprodutiva de seus princípios.

Enquanto os militares graduados, habitando a Vila Militar da Estrela do Norte (que não é norte geográfico, mas menção tradicional do Vale do Paraíba paulista, dirigido a Minas, nos tempos áureos da cafeicultura) delimitavam-se da cidade pelos trilhos da ferrovia e respectivas estações (da Estrela do Norte e da desativada da Serrinha). Ali, em núcleo fechado, admitidos como inacessíveis ao público externo, viviam em exclusividades aqueles que elaboraram o modelo, garantiram seu financiamento e criaram as normas diretrizes.

A velha oligarquia baseada na propriedade da terra e seus produtos foi substituída pela galardoada, pelas insígnias castrenses e por uma rígida hierarquia uniformizadas, perfilada e obediente às normas rígidas. Por isso, que, atravessando, por razões específicas, os limites estipulados, quer normativo, quer territorial, sentiam-se em área sacralizada, e, como tal, vista até aos dias atuais, seja pela tradição, seja pela impregnação. Costumes codificados.

Professores e mestres de ofícios faziam seus alunos respeitadores desses códigos reforçados nas famílias, nas Igrejas, no lazer, nas festas cívicas de culto aos símbolos nacionais e locais: hinos, bandeiras, signos representativos, tudo em ordem, com ordem, pela ordem.

Letícia Frota, de família de militares aqui chegados e aqui radicados – dos Frotas, de importantes professoras: a própria Letícia, Maria Odaísa, Maria Olga e mais outras, como Maria Cipoli, Gessy Junqueira, e tantos outros e outras que, nominalmente, seria difícil lembrar e registrar.

Todos incorporando os significantes propostos pelo modelo, transformaram-se junto às sucessivas gerações de professores da Escola Normal e dos profissionais – mestres de seus ofícios, em reprodutores e fixadores do modelo que se tornou marca na região do Vale e inovou um sistema educacional refletido como original pelos propósitos e frutos. As aposentadorias e pensões dos habitantes de Piquete, tão numerosas, tornam as filas com senhas e cadeiras confortáveis ou não, referências. São atestados desse passado. Rótulos como os que identificam marcas selecionadas nos mercados de qualificações, medalhadas ou não. E nós, que recebemos, atônitos, a impactante notícia do suicídio de Vargas, há 50 anos, sabíamos que o modelo permaneceria, pelo testemunho e pelos efeitos. Para o bem e para o mal.

Dóli de Castro Ferreira

Ao centro, o Cel. Aquino, diretor da Fábrica Presidente Vargas, ladeado por mestres e operários. Durante sua administração, foi dado grande impulso à modernização da empresa e à Educação, com a formação de mão-de-obra qualificada. Foto de 7 de Setembro de 1944.

Foto do arquivo Pró-Memória

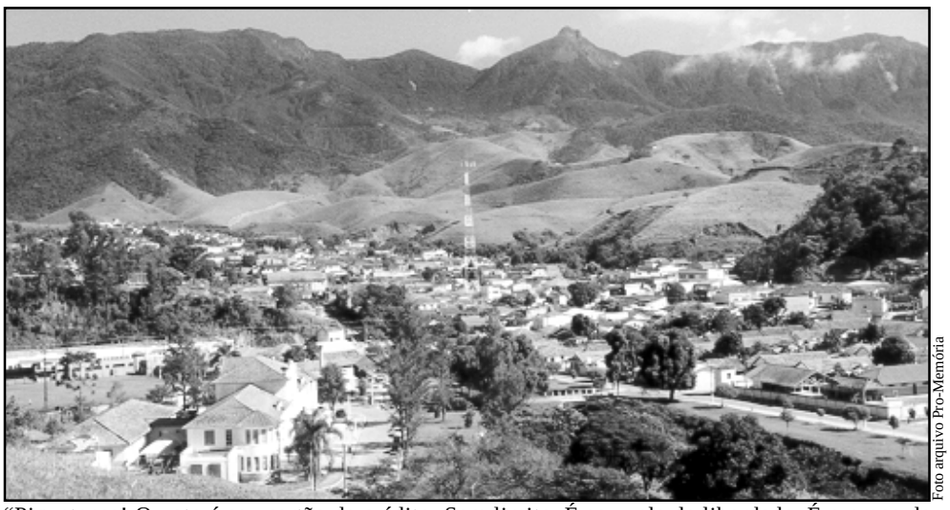


Foto arquivo Pro-Memória

"Piquetense! O voto é seu cartão de crédito. Sem limite. É seu vale de liberdade. É o preço da grande festa da nacionalidade. Não vote em branco! Não anule seu voto! Sua escolha vai antecipar ou postergar a grande festa!"

Festa Cívica

Do latim recebemos "civis, is", que morfológicamente e semanticamente nos transporta a um razoável número de vocábulos na língua Portuguesa, entre outros, cível, civil, cívico e civismo. Se formos buscar o eixo do significado de todos eles, vamos encontrar "mulher e homem em face do Estado". Para sermos mais precisos, "mulher e homem em face do Estado democrático", isto é, o cidadão.

Cidadania pressupõe direitos e deveres em reciprocidade: Estado – cidadão; cidadão – Estado; cidadãos entre si.

O grande pecado das pseudodemocracias é o esquecimento destas regras tão claras e simples. O que, no conceito, é dever, direito, obrigação, na prática, muitas vezes, parece concessão, esmola, caridade; usurpação, jeitinho, proteção.

Então vamos combinar. Chamemos de festa cívica todas as providências do Estado que atingem beneficamente todos os cidadãos.

A maior de todas é, sem dúvida, a vacinação contra a poliomielite, a paralisia infantil, que impunha limitações catastróficas a crianças de todas as classes sociais. A Campanha tem sido tão bem feita, que o Zé Gotinha chega a ser a personagem mais importante na memória de muitas crianças.

Atingindo uma parcela menor do povo brasileiro, outra festa cívica a que temos o prazer de assistir é o sorteio de casas populares. A alegria no rostos das famílias é tanta, que parece que, só naquele momento, estão recebendo a marca da cidadania.

Ser Pátria, ser Nação é sentir igual – seja na Copa do Mundo, na Corrida de São Silvestre ou na morte de Ayrton Senna.

Ser Pátria, ser Nação é indignar-se contra os estigmas que atingem algumas parcelas do povo brasileiro: a seca do Nordeste, o tráfico de mulheres, a prostituição infantil, a vida perigosa nas favelas dominadas pelas drogas.

Quando o Estado não dá conta de todas as responsabilidades, os cidadãos se organizam, soltam seu grito de alerta e tomam as providências necessárias para que a cidadania não seja conspurcada.

Que têm em comum o empresário Oded Grajew, a médica Zilda Arns, o jornalista Gilberto Dimenstein e o ex-jogador de futebol Raí de Oliveira? A "saúde civil", a consciência cidadã. Comandam festas de inclusão social.

E os arautos da ecologia que enrouquecem com seus gritos de alerta que se perdem sem eco na imensidão devastada?

Em minha anotações, encontro, há vinte anos, o sinal de perigo para o Triângulo São Félix: São Félix do Xingu (PA), São Félix do Araguaia (MT) e São Félix – Marabá (PA). Quem achava que havia exagero pode comprovar agora: São Félix do Xingu, o vértice oeste, está arrasada. A orquestra das motosserras e o coro do crepitar das chamas já executaram a sinfonia macabra. As revistas e a televisão exibem o retrato da devastação.

Batalha perdida. Mas a festa continua – nascentes são protegidas; a mata ciliar é recuperada; rios são despoluídos. É a festa da natureza que vive.

Há uma festa que está sendo preparada, mas até hoje não veio à luz. E é esperada com muita ansiedade – é a festa do bom atendimento nas repartições públicas.

Governo algum tem dinheiro. Quem garante os contracheques, às vezes com boa capa de gordura, dos funcionários públicos é o povo que, com seu suor, movimenta as máquinas da Casa da Moeda.

É preciso que alguém avise essas criaturas esdrúxulas de que elas são empregadas do povo brasileiro, que deve ser tratado como patrão, não como escória da sociedade. E de que são povo também.

Vem agora a festa semente de festa; a festa adubo de festa; a festa-mãe – o voto.

O direito de colocar homens e mulheres em postos de comando e arrancá-los de lá se necessário é o jorro primordial da cidadania.

O "impeachment" de Collor foi a pós-graduação da democracia brasileira. Depois deste marco, entendemos que somos capazes de determinar os destinos do Brasil.

Piquetense! O voto é seu cartão de crédito. Sem limite. É seu vale de liberdade. É o preço da grande festa da nacionalidade.

Não vote em branco! Não anule seu voto! Sua escolha vai antecipar ou postergar a grande festa!

Boa sorte, Brasil!

Abigayl Lea da Silva

Prendam Charles Darwin

Fiquei pasmo! Mas o governo do Estado do Rio de Janeiro, sediado na decantada "capital cultural do Brasil", acaba de dar um chute extravagante na cultura do país, e eu nem digo onde, pois fiquei sabendo que a governadora rosinha conseguiu que se proibisse o ensino da teoria evolutiva – brilhantemente desenvolvida por Charles Darwin, em 1859, no seu livro "A origem das espécies" – nas escolas estaduais.

Essa medida, convenhamos, não faz jus à famosa criatividade e esperteza dos nossos vizinhos, uma vez que é a cópia escarrada cuspida de medidas fundamentalistas idênticas tomada por alguns estados americanos, onde, no inicio do século passado, chegou-se a mover um famoso processo contra um professor que ousou descumprir a lei, sem falar que está bastante desatualízada pelo fato de que há muito tempo a ciência moderna abandonou a pretensiosa certeza da ciência positivista do passado, transformando a expressão "ciências exatas" em uma prova do desconhecimento, por quem a usa, do que realmente é o conhecimento científico.

Não está mais na ordem do dia, entre os cientistas, provar que Deus não existe ou mesmo que a única realidade existente é a alcançável pelos nossos sentidos, até porque essa mesma ciência já nos provou o quanto eles podem nos enganar; portanto, ao invés de impedir ou constranger o conhecimento cientifico, a odorífera governadora faria melhor em promover o aperfeiçoamento de seus professores dentro desse mesmo conhecimento, de tal forma que expressões do tipo "ciências exatas", "o homem descende dos macacos", "a ciência prova que Deus não existe", etc. sejam banidas, pelo ridículo, de nossas escolas.

No mais, está na cara que os primeiros capítulos do Gênesis precisam ser lidos com a lente da alegoria, afinal se só havia uma mulher, Eva, com quem Set e Caim tiveram os seus filhos? Nessa época não havia ainda Erik von Dane-se (Däniken, em alemão) e a sua teoria dos Ets divinos, o que faz com que a Bíblia nos coloque diante de um dilema moral tão grave que é melhor ficar com Darwin.

Espinhosa criatura, não faça isso, assim alguém poderá pensar que o governo do Rio de Janeiro não tem nada mais sério para fazer, a não ser que nesse ano eleitoral, diante do preocupante quadro da segurança no estado, inclusive com a desmoralização imposta por Fernandinho de Presidente Prudente (ex-Beira Mar), a senhora esteja se mostrando varonil para o eleitorado, dando caça a um perigoso meliante internacional, só que com cento e quarenta e cinco anos de atraso. O Irajá é logo ali!

Adendo: Algumas pessoas, por causa de um artigo anterior, vieram me perguntar, cheias de risinhos e olhares, onde fica Catolé do Rocha. Ora, seus maliciosos! Não me venham com essas idéias, e fiquem sabendo que Catolé do Rocha existe sim; é o distrito de um distrito lá no Ceará. Onde fica exatamente, eu não me lembro, mas posso dar uma idéia: sabem aquele lugar que vocês pensaram em primeiro lugar? Fica depois!

Prof. Eduardo Simões